

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo

Class.: Organiz. de Apoio

Data: 20 de Dezembro de 1977

Pg.: 18

## Dos leitores

### O índio sem representação

Sr. Redator

Com referência às reportagens "Etnólogo denuncia genocídio no Brasil", "Rangel Reis refuta as críticas à Funai" e "O sulço fala do perigo de genocídio no Brasil" (*Estado* de 21/9/77 e 22/9/77 e *Jornal da Tarde* de 21/9/77), que se referem às minhas declarações na Conferência internacional não-governamental sobre a discriminação contra as populações indígenas nas Américas (Nações Unidas, Genebra, 20-23 de setembro de 1977), eu lhes ficaria muito grato se publicassem os esclarecimentos seguintes:

Se é verdade que meu discurso na sessão plenária de abertura do dia 20 de setembro compreendia a apresentação do meu relatório, de minhas recomendações e da "Ordem-do-dia do Índio", tal qual foi publicado pelo *Estado* de 19/4/77, jamais me apresentei como "representante das populações indígenas brasileiras" (*Jornal da Tarde*, 21/9/77). Minha apresentação, ocorreu a pedido tanto do comitê organizador como dos índios norte-americanos, e foi motivada pela ausência de delegados brasileiros a esta reunião de importân-

cia histórica. Tanto no meu relatório como nas minhas recomendações, os fatos referem-se aos índios da América do Sul não-andina e constituem uma análise do problema indigenista dos referidos países.

No que se refere às citações de que "o governo brasileiro toma arbitrariamente as terras indígenas e decide sobre o futuro dos índios sem ouvir a opinião dos interessados" (*Estado*, 21/9/77) e "no Brasil todas as medidas referentes aos indígenas se decidem sem a presença dos interessados, que exigem respeito à sua integridade pessoal, seus costumes e seus hábitos" (*Jornal da Tarde*, 21/9/77), gostaria de assinalar que elas foram tiradas da "Ordem-do-dia do Índio" e são, endossadas não só por mim, mas também pelos representantes de nove populações indígenas brasileiras. Para os 300 membros da conferência, essa mensagem foi a prova de que os xavantes e outros índios do Brasil estão perfeitamente conscientes do problema e da política indigenista e aptos a participar de uma reunião como a de Genebra.

Quanto às minhas "denúncias de genocídio no Brasil" (*Es-*

*tado* 21/9/77 e *Jornal da Tarde* 21/9/77), não posso acreditar na surpresa do atual ministro do Interior, sr. Rangel Reis. Pois, à luz da convenção das Nações Unidas sobre genocídio (artigo II, parágrafo c: "submissão intencional da população a condições de existência que tenham como consequência sua destruição física total ou parcial"), convenção que data de 1948 e foi ratificada pelo Brasil, os casos recentes dos Krenakrore, Parakana e Surui são suficientes para justificar as constatações que o governo brasileiro se julga no dever de chamar de "denúncias" (ver igualmente o relatório anexo do dr. Jean Chiapino referente a um dos casos mais graves e mais conhecidos, mas que continuam a fazer a surpresa do sr. ministro do Interior). A esse propósito, faço questão de lembrar que, em 1971, Orlando Villas-Boas declarou que "genocídio não significa necessariamente matar índios, mas também cometer toda sorte de abusos que levam à destruição da população indígena e de sua própria cultura"...

**Rene Fuerst**, Vice-presidente do Conselho Europeu para os Povos Indígenas.